

O QUE É CIDADANIA? UM QUESTIONAMENTO NECESSÁRIO

Karlene Felix dos Santos (1); Renato Amorim da Silva (1); Jefferson Matheus Alves do Amaral (2); Rosana Christine Cavalcanti Ximenes (3)

(1) *Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico de Vitória (UFPE – CAV) E-mail: karlenefelix@hotmail.com*

(1) *Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico de Vitória (UFPE – CAV) E-mail: renatoamorim2009@gmail.com*

(2) *Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico de Vitória (UFPE – CAV) E-mail: jefferson_matheus12345@hotmail.com*

(3) *Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico de Vitória (UFPE – CAV) E-mail: rosanaximenes1@gmail.com*

Introdução

Nos últimos anos, muitas pessoas têm deixado de discutir sobre Cidadania por considerarem que esta palavra seja “perigosa”, no sentido de propor sonhos para uma sociedade igualitária ou dividir interesses antagônicos (FERRACIOLI, 2008; GADOTTI, 2000). Para entendermos este conceito, se faz necessário voltarmos ao passado para compreendê-lo a partir de um contexto histórico.

Na Grécia Antiga, a cidadania era voltada para aqueles que fossem capazes de opinar sobre o destino da sociedade. Em Roma, a ideia de cidadania se relacionava com a aptidão de exercer direitos políticos e civis; na Idade Média, a Igreja cristã atuava diluindo o princípio da cidadania, enquanto na Idade Moderna, ampliou-se a participação popular e o fim de privilégios de classes (PÉREZ LUÑO, 2002; PINSKY e PINSKY, 2007). No Brasil, o processo de cidadania teve um longo histórico, mas que se iniciou com a aquisição dos direitos civis, onde o indivíduo tem liberdade de pensar, agir e manifestar suas opiniões (CARVALHO, 2008).

Nesta perspectiva, a cidadania consiste na consciência de direitos (civis, sociais, políticos, entre outros) e deveres que levem à prática da democracia, representando uma competência complexa que possibilite uma diversidade de conhecimentos no campo das práticas sociais (GADOTTI, 2000; GARCIA, 2006). Assim, a educação é fundamental para que cada indivíduo exerça sua cidadania, pois é ela que ampara os indivíduos na compreensão de seus direitos (CARVALHO, 2008).

Além disso, a escola é um ambiente para o desenvolvimento de conhecimentos e compartilhamento de experiências, ao qual, constitui-se por um aglomerado de contextos culturais e sociais de diferentes realidades, oportunizando a interação social entre os indivíduos (LEITE, 1989). Como instituição formadora de cidadãos, a escola tem por uma das suas finalidades informar e capacitar os educandos para o convívio em sociedade (ZENAIDE et al., 2003), trazendo como base que cada indivíduo possui direitos e deveres e estes devem ser trabalhados e cumpridos (ZAMBON, 2014).

Neste sentido, a escola pode ser considerada como uma das ferramentas para o ensino da cidadania, se fazendo necessária uma reflexão sobre a sua eficiência como unidade formadora. Ela deve oportunizar a cada educando se manifestar como indivíduo, expressar suas opiniões e integrar suas consciências acerca de seus direitos e deveres como cidadão (MENDES et al., 2015).

O art. 2 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional deixa bem evidente a responsabilidade da escola em conduzir os sujeitos envolvidos no processo educacional, de maneira que possa alcançar o pleno desenvolvimento, se preparando para o exercício da cidadania (BRASIL, 1996). Desta maneira, pode ser trabalhada a importância que cada indivíduo possui, suas responsabilidades diante do mundo em que vivem e as capacidades para

exercitar essas práticas ao longo de toda sua vida. Já de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), é descrito que se devem ser desenvolvidas competências e habilidades para que o aluno entenda a sociedade em que vive, ressaltando a produção histórica dos direitos e deveres do cidadão e o desenvolvimento da consciência cívica e social (BRASIL, 2000).

Essas considerações instigam cada estudante a se tornar um cidadão ativo, crítico e participativo na tomada de decisão da sociedade, uma vez que detêm o conhecimento acerca dos seus direitos e deveres (LEITE, 1989). Logo, neste trabalho objetivamos relatar a experiência desenvolvida através de ações do Projeto de extensão “Adolescer: Aprendendo a ser um adolescente saudável numa abordagem interdisciplinar” sobre a temática “Noções de Cidadania”, estabelecendo reflexões sobre o papel da escola como unidade formadora e de ensino no trabalho da cidadania.

Metodologia

O Projeto de extensão Adolescer executa ações mensais em escolas da rede estadual no município de Vitória de Santo Antão – PE, que consistem em atividades práticas, rodas de diálogo, apresentações teatrais, entre outros recursos, abordando diferentes temáticas relacionadas à saúde do adolescente. As ações são desenvolvidas por estudantes dos cursos de graduação em Ciências Biológicas (Licenciatura), Educação Física (Licenciatura e Bacharelado), Saúde Coletiva, Enfermagem e Nutrição do Centro Acadêmico de Vitória - Universidade Federal de Pernambuco (CAV/UFPE).

No trabalho da ação em questão, a temática foi “Noções de Cidadania”, sendo planejada e executada pelos discentes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, ocorrendo no turno da tarde, com duração de 80 minutos, envolvendo alunos da 3ª série do Ensino Médio.

Para que a intervenção pudesse alcançar os objetivos previamente propostos, a ação foi organizada em quatro momentos. Primeiramente, os integrantes do projeto se apresentaram enfatizando a proposta do Projeto Adolescer na escola e seu objetivo na comunidade escolar como um todo. Em seguida, foi realizada uma sondagem com os estudantes a respeito do tema abordado, a fim de perceber quais eram seus conhecimentos prévios sobre a temática. Como recurso de auxílio pedagógico, foi elaborado um cartaz com a palavra “Cidadania” em evidência, preenchido com algumas imagens, com o objetivo de despertar a atenção dos educandos. E assim, foi solicitado que os estudantes citassem palavras sobre a temática, as quais foram sendo anotadas ao quadro, para posteriormente ser realizada uma relação e reflexão com o grande grupo.

Após a reflexão sobre a cidadania, foi proposta a dinâmica “Direitos e Deveres”, que consistiu na retirada de frases impressas de uma caixa por cada educando, aleatoriamente. Cada frase retirada deveria ser lida em voz alta, comentada por cada aluno e, posteriormente, classificada em um dos cartazes com o nome “Direitos” ou “Deveres”.

Algumas das frases foram: “todo ser humano tem o direito ao livre pensamento”, “todo ser humano tem o igual direito de acesso aos serviços públicos do seu país”, “a vontade do povo será a base da autoridade do governo, e essa vontade será expressa em eleições” e “respeitar os direitos sociais de outras pessoas”.

Mediante a classificação das frases e comentários dos alunos foi realizada uma reflexão de cada direito ou dever. Porém, ressaltando aspectos que são pertinentes a respeito de cada um e, quando possível, era salientado o que os documentos legais como a Constituição Federal e Declaração Universal dos Direitos Humanos tratam a respeito.

Para concluir a ação, foi realizada uma última dinâmica, na qual foi proposto que a turma, em pé e em círculo, ao receber uma bexiga, a enchesse de ar. Com as bexigas cheias, foi solicitado que todos pegassem um lápis ou caneta. Posteriormente, foi dito que todos

precisavam defender os seus balões como se fossem seus direitos e deveres e, ao fim, aquele que vencesse a dinâmica receberia um prêmio. Vale ressaltar que, neste momento, não houve posicionamento nem incentivo por parte dos mediadores da ação para os alunos estourarem os balões. No entanto, o esperado diante do cenário proposto não era outro a não ser cada aluno protegendo seus balões daqueles que o cercavam com lápis nas mãos. Assim foi o ocorrido e ao final, após ser identificado o vencedor, foi iniciado um momento de reflexão sobre a dinâmica.

A reflexão da dinâmica foi guiada pelo comportamento da turma, visto que era esperado que estourassem os balões dos colegas. Com isso, foi possível trabalhar a importância de respeitar o direito/dever do colega, enfatizando o exercício da cidadania. Quanto ao prêmio, o mesmo foram guloseimas, juntamente a um cartão, revelando que tudo deveria ser compartilhado com todos aqueles que tiveram seus balões estourados, pois estes tiveram seus direitos “violados” e necessitavam ser “indenizados”. E assim, foi refletido sobre o ressarcimento devido à maneira de alguém anular ou reduzir o dano dos “cidadãos” que são prejudicados por terem a violação de algum direito absoluto.

Resultados e discussão

Com o início da ação, quando os integrantes do projeto questionaram a turma sobre o que é cidadania, ainda que um pouco apreensivos, à medida que a ação foi sendo executada, foi perceptível notar um interesse crescente por parte dos estudantes. Os mesmos participaram de forma ativa durante o processo de discussão, levantando questionamentos, se posicionando e refletindo através da metodologia executada.

Diante do primeiro momento, muitos conhecimentos prévios a respeito do tema foram sendo compartilhados. Frases e palavras como “respeitar ao próximo”, “se posicionar”, “organização” e “votar” evidenciaram um pouco do que os educandos tinham em mente.

No momento da retirada das frases, à medida que os alunos foram classificando em direitos e deveres quando surgiram dúvidas ou questionamentos, foi possibilitado que os alunos fizessem uma discussão entre si para chegarem a um consenso sobre a classificação. Dessa maneira, alguns se mostraram mais participativos do que outros e diante de alguns deveres que iam sendo revelados, ao serem retirados e lidos, alguns se posicionavam com mais veemência, alegando que não executava tal dever.

Outro ponto a ser ressaltado foi a confusão que muitos estudantes apresentaram ao classificarem o que era apresentado, seja como um direito ou um dever. Isto revelou a ausência de conhecimentos específicos sobre o tema, mas que se destacou como importante. Dessa forma, foi possível se realizar uma reflexão sobre a importância de cada um como cidadão ter a consciência da existência de tais direitos para uma posterior exigência de sua efetivação (GARCIA, 2006).

Ao se posicionarem diante da frase retirada da caixa, por vezes havia conflitos nas opiniões. Alguns acreditavam ser direito; outros, dever. E assim foi possível refletir sobre a importância de respeitar o direito de expressão de cada um, bem como a distinção entre respeitar a opinião do que é aceitar a opinião do outro.

A dinâmica da bexiga foi mais uma estratégia pela qual foi possível refletir sobre o respeito mútuo. Como era esperado, os estudantes se puseram a estourar a bexiga um do outro, ainda que não tenha sido solicitado. A solicitação de pegar uma caneta, a ordem dada para proteger as bexigas e a ansiedade pela busca de ser o único vencedor para então receber o prêmio foram colocados em pauta. Desta maneira, foi oportunizada uma reflexão de como é fácil estar sujeito a situações que parecem nos obrigar a não cumprir com um dever (respeitar os direitos do próximo) em prol de lutar pelos próprios interesses (ganhar um prêmio) (FERRACIOLI, 2008). Assim, de uma maneira prática e reflexiva, os educandos puderam

perceber que o direito de qualquer um termina quando o do outro começa, pois, indo além disto, estará ferindo o direito do próximo. Como cidadãos, devemos agir sempre respeitando os direitos dos outros e que juntos podemos lutar pelos direitos em busca de um bem comum para a sociedade (CARVALHO, 2008).

Conclusões

Entendendo que a cidadania é uma temática considerada intrínseca ao currículo escolar, os planejamentos institucionais, os livros didáticos e sua abordagem devem visar o comprometimento com o desenvolvimento de capacidades que oportunizem os indivíduos a intervirem na realidade para transformá-la. Podemos concluir que a ação foi eficaz e atingiu os objetivos propostos, principalmente no que concerne à participação ativa dos educandos.

Diante do posicionamento dos estudantes, foi perceptível o desconhecimento quanto a alguns deveres e direitos que muitos possuíam, bem como de outros aspectos que são próprios da cidadania. Visto que a ação teve seu ponto fundamental na busca dos conhecimentos prévios dos alunos, quando os mesmos utilizaram termos e justificativas que, em sua maioria, já esperávamos, os questionamentos frequentes e a confusão apresentada ao classificarem direito ou dever também refletiu esse cenário de necessidade de discussão da temática.

Vale ressaltar que diante da realização de algumas explicações pelos integrantes do projeto ao surgimento de algumas dúvidas e do esforço para uma reflexão sobre a importância de cada um como indivíduo desenvolverem uma consciência para o repensar de práticas de cidadania, foi perceptível a necessidade de a escola possibilitar uma continuidade de trabalhos com esta temática. Deste modo, a escola pode desenvolver atividades que promovam reflexões, visando o pleno desenvolvimento do educando como um cidadão atuante em sociedade. Além disso, se tratam de ações e reflexões que precisam ser cultivadas nos processos de ensino-aprendizagem, no cotidiano escolar e nos espaços de formação.

Referências

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio*. Brasília, 2000.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FERRACIOLI, M. U. *Escola cidadã: Questões acerca da educação escolar em tempos de crise estrutural do capital*. 2008. p.91. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista. São Paulo. 2008.

GADOTTI, M. *Escola cidadã educação pela cidadania*. 2000.

GARCIA, J. (2006). Indisciplina, incivilidade e cidadania na escola. *ETD - Educação Temática Digital*, 8(1), 124-132.

LEITE, S. A. S. *A escola e a formação da cidadania ou para além de uma concepção reprodutivista*. *Psicologia: Ciência e Profissão*. vol.9. n.3. p.17-19. Brasília. 1989.

MENDES, C. A.; CÂNDIDO, T. F.; SILVA, C. F. A.; FERREIRA, D. A. *A importância da escola para a formação do cidadão*. Fala Professor: VIII Encontro Nacional de Ensino de Geografia. ISBN: 978-85-99907-06-1. 2015.

PÉREZ LUÑO, A. E. *Ciudadanía y definiciones*. Doxa: Cuadernos de Filosofía del Derecho, Edición electrónica Espagrafic, p. 68. 2002.

PINSKY, C. B.; PINSKY, J. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2007.

ZAMBON, F. B; ARAÚJO, F. *CIDADANIA EM CONTEXTO ESCOLAR: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS*. III Jornada de Didática - UEL. p. 177-189. Londrina. 2014.

ZENAIDE et al., *ÉTICA E CIDADANIA NAS ESCOLAS*. Editora Universitária. João Pessoa. 2003.